



Anuário Antropológico

v.49 n.1 | 2024
2024/v.49 n.1

Vidas em mudança na Palestina

Lives on the move in Palestine

Rafael Gustavo de Oliveira



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/aa/11932>

DOI: 10.4000/11ng0

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Paginação: 400 - 406

ISSN: 0102-4302

Referência eletrónica

Rafael Gustavo de Oliveira, «Vidas em mudança na Palestina», *Anuário Antropológico* [Online], v.49 n.1 | 2024, posto online no dia 06 maio 2024, consultado o 25 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/aa/11932> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/11ng0>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.



Anuário Antropológico

v.49 n.1 | 2024
2024/v.49 n.1

Vidas em mudança na Palestina

Lives in the move on Palestine

Rafael Gustavo de Oliveira



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/11932>

DOI: 10.4000/aa.11932

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

Rafael Gustavo de Oliveira, «Vidas em mudança na Palestina», *Anuário Antropológico* [Online], v.49 n.1 | 2024. URL: <http://journals.openedition.org/aa/11932> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11932>



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons. Atribuição CC BY 4.0



Vidas em mudança na Palestina

Lives on the move in Palestine

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11932>

Rafael Gustavo de Oliveira

Universidade de São Paulo – Brasil

ORCID: 0000-0003-1801-7030

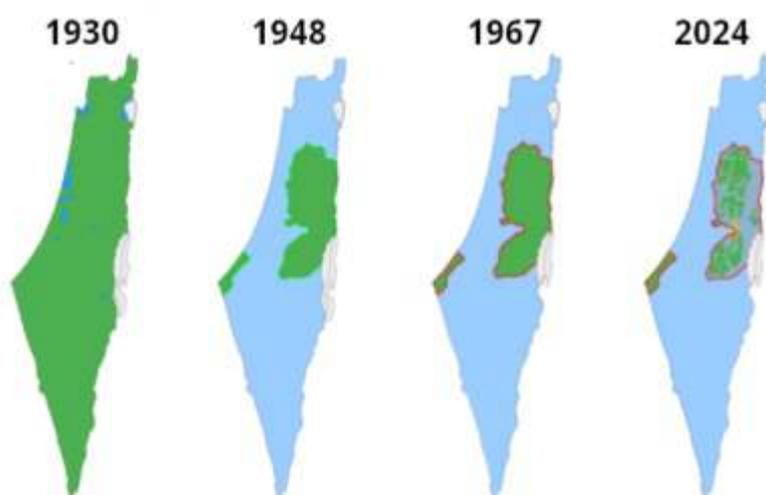
rafaelgus@usp.br

Pós-doutorando vinculado ao Departamento de Letras Orientais (DLO) da Universidade de São Paulo (USP).
Pesquisador visitante vinculado ao Instituto Muwatin da Universidade de Birzeit (BZU), Palestina. Doutor e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A guerra contra a Faixa de Gaza, iniciada em 2023, tem estado em evidência ao redor do mundo. As violentas investidas israelenses contra a população civil palestina têm gerado grande preocupação, assim como a dificuldade da comunidade internacional em lidar com a situação em curso no país. Neste cenário atual, muitas mudanças foram percebidas no cotidiano palestino local, afetando, de forma drástica, a vida das pessoas residentes não apenas na Faixa de Gaza mas, também, em outros lugares da Palestina. Neste texto, buscarei apresentar algumas das mudanças mais importantes na Cisjordânia, onde resido há, somados, quatro anos – para condução de minhas pesquisas acadêmicas e atividades como professor de música em um conservatório local.

Antes, contudo, é importante notar que nem os eventos do dia 7 de outubro e nem as investidas militares israelenses acontecem em um “vácuo”, sem um contexto prévio relacionado. Ao contrário, a Palestina tem sido ocupada militarmente pelo Estado de Israel, que foi instituído de forma impositiva em território palestino no ano de 1948. O surgimento do Estado israelense na Palestina decorreu da escolha do local, tomado pelo movimento sionista¹ ainda no século XIX.

A implementação desse Estado foi favorecida pela Grã-Bretanha, mandatária da Palestina após a Primeira Guerra Mundial. A partir dos eventos daquele ano, cerca de 800.000 palestinos foram deslocados e expulsos de suas terras, tornando-se refugiados em outras localidades da Palestina e, também, em países próximos, como a Jordânia, Síria e Líbano. Esse deslocamento foi também resultado da aplicação prática de uma das ambições sionistas, qual seja a expulsão da população palestina local, visando “trocar-la” por uma população estrangeira, majoritariamente europeia.



Longe de ter acabado em 1948, as investidas coloniais seguem até os dias atuais, principalmente a partir do início da ocupação militar israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, em 1967². Desde então, o Estado de Israel mantém controle militar sobre essas áreas. Vale notar que, embora a Faixa de Gaza tenha sido desocupada em 2005, foi imposto um bloqueio contra a faixa litorânea, que controla

1 O movimento sionista, surgido na Europa no século XIX, previa a construção de um Estado judeu em lugar a ser escolhido mediante votação em congressos. O movimento ganha maior força com a publicação do livro *O Estado Judeu*, de Theodor Herzl, em 1896. O autor, que a princípio advogava pela construção deste Estado na Argentina, acabou somando sua voz à parte do movimento que via a Palestina como um lugar mais favorável. O início do projeto colonial se deu a partir do favorecimento oferecido pela Grã-Bretanha, que se tornara mandatária da Palestina após a Primeira Guerra Mundial. Em seus escritos, Herzl afirmava que era preciso “transferir” a população local para fora da Palestina, de modo a “trocar” a população local por outra. Ainda, outro nome importante no movimento sionista foi David Ben-Gurion. Com seus diários vindos a público após levantamento historiográfico, foi possível observar, em seus escritos, ideias relacionadas não apenas à expulsão da comunidade local mas, também, à execução desta, em trechos como “Se chegarmos a um lugar onde há famílias, temos que atacar e matar sem piedade ou arrependimento, especialmente mulheres e crianças, caso contrário somos inúteis. Não há necessidade de distinguir entre culpados e inocentes”. Trechos de seu diário podem ser encontrados, inclusive, em fontes israelenses, a exemplo do site (em inglês): <https://www.progressiveisrael.org/ben-gurions-notorious-quotes-their-political-uses-abuses/>

Figura 1 — Da esquerda para a direita: Palestina (em verde) em 1930; Palestina dividida com a imposição do Estado de Israel (em azul) em 1948; consolidação da cartografia reconhecida após a Guerra dos Seis Dias, em 1967; Palestina separada entre a Faixa de Gaza (à esquerda) e a Cisjordânia (à direita), atualmente (com espaços em azul sob controle israelense).

entradas e saídas, energia elétrica, recursos hídricos, entrada e saída de mercadorias, medicamentos, entre outros. A Cisjordânia, por sua vez, segue ocupada, contando com inúmeras instalações militares e centenas de assentamentos para colonos israelenses, controle de recursos naturais, controle de mercadorias, imposição de moeda e controle econômico, controle de vias de rodagem, controle de fronteiras, controle de emissão de documentos de identificação, controle de vistos para estrangeiros, dentre um sem-número de outros pontos.

Tanto a ocupação militar quanto a presença das colônias e demais políticas israelenses implementadas na Cisjordânia e contra a Faixa de Gaza têm sido, há tempos, denunciadas e condenadas pela comunidade internacional, o que pode ser visto através das inúmeras resoluções condenatórias já emitidas tanto pelo Conselho de Segurança quanto pela Assembleia Geral da ONU.³ Entretanto, a incapacidade de colocar tais resoluções em prática – como as que demandam a retirada das instalações militares e das colônias da Cisjordânia e o fim do bloqueio à Faixa de Gaza – esbarram em decisões comumente unilaterais, principalmente protagonizadas por países com poder de veto, a exemplo dos Estados Unidos, que têm barrado propostas para um cessar-fogo na guerra atualmente em curso.

Uma vez que a guerra implementada contra a Faixa de Gaza ocasionou mazelas não apenas nesse espaço, mas sim em toda a Palestina, a população palestina tem enfrentado as consequências das políticas israelenses de forma simultânea, com características diferentes a depender do lugar em que se encontrem. A situação da Faixa de Gaza tornou-se notória em função dos bombardeios constantes, dos ataques à população civil, do impedimento de saída para fora do espaço, do deslocamento forçado de grupos numerosos, do impedimento de entrada de ajuda humanitária, entre outros. Já na Cisjordânia, houve o aumento exponencial da presença militar e das operações do exército israelense, levando a um crescimento igualmente preocupante de prisões e mortes de palestinos. Assim, notou-se um aumento de greves gerais por parte de trabalhadores palestinos e deu-se início à evacuação massiva de estrangeiros – majoritariamente os empregados em ONGs internacionais. Em diversas cidades, recomendou-se que as pessoas não saíssem de casa entre as 22h00 e as 6h00 do dia seguinte, devido à constante presença do exército israelense nesses horários. Também foram feitas sugestões para que as pessoas estoquem comida e medicamentos, em função da potencial declaração de toques de recolher e do bloqueio de várias cidade, organizado pelo exército nas vias de entrada). Além disso, houve dificuldades no transporte de alimentos, remédios e outros bens essenciais.

Ainda, percebeu-se o aumento de concentrações em forma de protesto e, ao mesmo tempo, a diminuição de práticas de lazer, com o fechamento temporário de bares, restaurantes, cafés, teatros e outros. Também foi possível observar a adesão massiva a políticas de boicote a produtos israelenses que são comumente encontrados nas prateleiras dos mercados palestinos. Neste novo contexto, foi possível constatar que a situação da guerra trouxe insegurança e incerteza, tanto para a vida da população palestina quanto para a dos estrangeiros que vivem no país. Ao questionar amigos e colegas palestinos sobre como vivem o atual cenário e

2 Ocorrida em 1967, a Guerra dos Seis Dias aconteceu em função da chamada “crise do Canal de Suez” ou “Crise de Suez”. Motivada pela disputa do controle do canal na região do Sinai, no Egito, o Estado israelense, apoiado pela França e Grã-Bretanha, vence a coalizão dos países árabes. Nessa guerra, o Estado de Israel ocupa com tropas militares a Faixa de Gaza (até 2005), Jerusalém Oriental e a Cisjordânia (onde permanece como força ocupante até os dias atuais).

3 Website da Assembleia Geral da ONU, contando com todas as resoluções acerca da Palestina desde 1946 até 2024: <https://www.un.org/unispal/data-collection/general-assembly/>

o que esperavam acontecer em seguida, respostas como “não sei”, “a situação é peculiar”, “não há perspectivas de melhora”, entre outras, tornaram-se praticamente unânimes. Além disso, queixas sobre quadros de depressão e ansiedade também passaram a compor as falas da população local, de forma notável.

Outro ponto importante a ser notado foi o aumento considerável da violência dos colonos israelenses, praticadas contra a população palestina. As colônias israelenses na Cisjordânia são instaladas, em sua grande maioria, nas proximidades das estradas, tendo seus portões de entrada bastante próximos ao asfalto, fazendo com que os ataques a carros palestinos (identificados pela cor branca da placa) se tornassem constantes. Nesses ataques, com frequência, colonos bloqueiam as estradas nas proximidades da entrada dos assentamentos e, armados, assediam e agridem os ocupantes dos veículos. Também foi perceptível o aumento de invasões a vilarejos e ataques contra agricultores palestinos. As forças militares da ocupação israelense instalam, com frequência, cancelas e portões em trechos das estradas, especialmente nas proximidades destas colônias ou em vias de acesso a estas. Com isso, mesmo que o contexto da violência e do controle militar não seja novo, as políticas israelenses mais recentes implementadas na Cisjordânia ocasionaram mudanças drásticas na mobilidade local, já que, buscando evitar o encontro com colonos e soldados, além da necessidade de desvio das estradas fechadas, passou-se a usar novos trajetos para o deslocamento entre cidades.

Como exemplo das adaptações às questões de mobilidade, pode-se apontar o caso das instituições de ensino – como escolas, universidades, conservatórios, entre outros – e suas políticas para realização de aulas. Para as universidades, notando-se que, em geral, a maioria dos alunos não reside na mesma cidade em que essas estão instaladas, a maior parte das instituições passou a operar com aulas *online*. Algumas foram alvos de investidas israelenses, seja através da presença do próprio exército nas instalações ou mesmo com ações de agentes à paisana – a exemplo de dois alunos palestinos que, recentemente, foram detidos por agentes disfarçados no portão de entrada da Universidade de Birzeit. Com o retorno parcial das aulas presenciais, a entrada nas dependências da universidade, que antes era aberta ao público em geral, passou a ser controlada por funcionários da instituição. Eles checam os cartões de identificação de todas as pessoas que entram no local, mesmo que sejam alunos cuja presença é diária, se tiverem possibilidade de deslocamento, e também de funcionários e professores. No caso do conservatório onde leciono, também houve mudanças nas dinâmicas laborais. Contando, atualmente, com atividades nas cidades de Ramallah, Deir Ghassany, Jenin e no campo de refugiados de Qalandia, apenas a primeira manteve, por quatro meses, as aulas presenciais, sendo que as outras filiais assumiram a modalidade *online*. Ainda assim, muitos alunos de Ramallah foram forçados a suspender suas aulas por não conseguirem se deslocar até a instituição, onde está a sede principal – já que moram em vilas cujas estradas foram bloqueadas. No momento em que escrevo este texto, as aulas presenciais foram retomadas em todas as filiais, com exceção de Jenin, que segue à distância – já que a cidade se encontra a cerca de duas horas de Ramallah, e é preciso passar por inúmeras instalações militares e

colônias no caminho. Além disso, a própria cidade de Jenin tem sido alvo constante de investidas militares israelenses.



Figura 2 — Mapa representativo do espaço “48” em termos locais.

Também, outras partes da Palestina foram afetadas, como Jerusalém e 48 (ou “dentro”). Sobre este último lugar, “48 / dentro”, esta é a forma como palestinos chamam o espaço em que a Comunidade Internacional reconhece como as delimitações cartográficas do Estado de Israel (Figura 2). Para os palestinos, na absoluta maioria das vezes, este espaço não é referido como “Israel”, mas sim como “Palestina 48” ou “dentro”. Os palestinos que nascem ou moram neste espaço são chamados de “palestinos de 48” ou “palestinos de dentro”. Estes, igualmente, tiveram seus cotidianos alterados desde o início da guerra. Dentre as mudanças percebidas estão o acirramento da violência policial, mudanças nas relações sociais entre palestinos e israelenses, perda de empregos, restrições de liberdade de expressão (também com prisões baseadas em posições políticas e postagens em redes sociais) e, inclusive, constam-se casos de alunos palestinos expulsos de universidades israelenses, sem justificativa aparente.

Em Jerusalém, o novo cenário foi igualmente afetado. Em conversa com um pesquisador palestino residente na cidade, os apontamentos sobre as mudanças foram enfáticos: “temos medo de nos locomover, porque os colonos e israelenses estão agressivos, assim como a polícia. Alguns perderam o emprego. A sensação é de que não se pode fazer nada. Você sabia que podemos ser presos se mandarmos dinheiro para alguém em Gaza?”.

A guerra silenciosa, mas é preciso falar

Além das mudanças no cotidiano local, como a guerra em curso pode afetar

atividades de pesquisa? De um lado, permanências prolongadas em um determinado lugar, para a realização das chamadas “pesquisas de campo”, podem colocar os pesquisadores em lugares, de certa forma, privilegiados. Isso no que diz respeito às reflexões sobre o que podemos chamar, em antropologia, de “dinâmicas sociais” locais e os sentidos que as pessoas produzem a partir dessas. De maneira geral, pode-se dizer que nem sempre é fácil perceber determinados aspectos dessas dinâmicas em estadias mais curtas, relativamente comuns na Palestina. Por outro lado, lugares onde a violência é parte do cotidiano são, também, relacionados com aspectos que não podem ser tornados públicos. Nesses contextos de violência, uma série de eventos e narrativas são entendidos como sigilosos, já que tornar públicos certos acontecimentos, narrativas e posições políticas pode ocasionar danos aos envolvidos.

Entre algumas das consequências possíveis, estão a perda de oportunidades de trabalho, a perda de direitos ou mesmo a prisão, ainda que pelo mero posicionamento político (como nos recentes – mas não novos – casos dos palestinos presos pelas forças israelenses em função de suas posições políticas compartilhadas em redes sociais). Além disso, existe também o próprio perigo de morte. Desta forma, pode-se dizer que muitas publicações são feitas baseadas apenas em coisas que “se pode falar”. Aquilo que “não se diz” fica de fora das publicações, por precaução.

A partir disso, é consensual na antropologia que nossos interlocutores não podem ser prejudicados em razão de participarem de nossas pesquisas. Quando se faz pesquisa em contextos de guerra, como é o caso da Palestina, isso traz consigo uma série de implicações éticas. Desta forma, torna-se importante buscar temas de pesquisa que sejam, de algum modo, de conhecimento ou entendimento público, como é o caso da mobilidade ou de temas relacionados às relações internacionais, por exemplo. Com isso, ao mesmo tempo em que a guerra se intensificou, também narrativas, posicionamentos e acontecimentos diversos se tornaram mais frequentes, intensos e ainda mais delicados. Nesta via, também pesquisas conduzidas no país passaram por mudanças, seja com a alteração de temas ou com pesquisas sobre a situação atual que, dependendo do assunto ou conteúdo, deverão ser publicadas apenas em momentos futuros.

De todo modo, a aproximação de reflexões acerca de contextos de violência, resultantes de pesquisas de campo – em antropologia ou áreas outras – não serve apenas para a compreensão das dinâmicas sociais nestes contextos. Para além disto, tais reflexões funcionam como importantes instrumentos de exposição e denúncia, buscando promover, a partir dos aparatos analíticos das ciências humanas, discussões que possam levar a mudanças nas realidades sociais em questão.



Figura 3 – Soldados israelenses inspecionando uma ambulância palestina no campo de refugiados de Tulkarem, norte da Cisjordânia, após incursão ininterrupta por dez dias.

Fonte: Al Jazeera English, 17/01/2024.

(Disponível em: https://www.instagram.com/p/C2NH8kgMBV-D/?img_index=4. Acesso em: 11 fev. 2024.)

Recebido em 05/03/2024

Aprovado em 13/03/2024 pela editora Kelly Silva.